



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

CONTRATO Nº 025/2018

CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES PERTINENTES À EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE GOIÁS, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO/FUNDO DE CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR E DE MODERNIZAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS E O INSTITUTO AOCP.

O **ESTADO DE GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/ MF nº 01.409.580/0001-38, neste ato representado nos termos do § 2º do art. 47 da Lei Complementar nº 58/2006, alterada pela Lei Complementar nº 106/2006, pelo Procurador do Estado, nomeado pela Portaria nº 120/2018 - GAB, de 09/04/2018, **DR. CARLOS AUGUSTO SARDINHA TAVARES JÚNIOR**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/GO sob o nº 31.700, CPF/MF n.º 972.308.711-15, residente e domiciliado nesta Capital, com a interveniência da **SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE GOIÁS/FUNDO DE CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR E DE MODERNIZAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS-FUNCAM**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.301.077/0001-43, com sede na Rua 82, nº 400, 7º andar, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, Setor Sul, nesta capital, ora representada por seu titular **JOAQUIM CLÁUDIO FIGUEIREDO MESQUITA**, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado nesta capital, Cédula de Identidade nº MG-5.452.371 – SSP/MG e no CPF/MF sob o nº 007.306.496-36, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e o **INSTITUTO AOCP**, pessoa jurídica de direito privado, constituída em forma de associação civil sem fins



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

econômicos, de caráter organizacional, filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, sem cunho político ou partidário, sob o CNPJ n.º 12.667.012/0001-53, estabelecida na Av. Gastão Vidigal, n.º 959, Zona 08, Maringá – PR, CEP: 87050-440, neste ato representado por seu Presidente: **VINÍCIUS AUGUSTO BATAGLINI MONTEIRO**, portador RG n.º 8.150.774-0 SSP/PR, inscrito no CPF n.º 047.007.099-44, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, firmam o presente contrato para a prestação de serviços, mediante Processo Administrativo n.º 2017000016003255, estando as partes sujeitas aos preceitos da Lei Federal n.º 8.666/1993 e da Lei Estadual n.º 17.928/2012 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, e às cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Contratação de Instituição especializada para a realização de atividades pertinentes à execução de concurso público para a contratação de 2.000 (dois mil) servidores para o provimento de vagas da Polícia Militar, sendo: 1.920 (hum mil, novecentos e vinte) vagas para o cargo de Soldado de 3ª Classe e 80 (oitenta) vagas para o cargo de Cadete.

1.2. Da especificação técnica e quantidade do Objeto:

ITEM	CÓDIGO COMPRASNET	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
1	71824	Contratação de Instituição para realização de Concurso – Soldado 3ª Classe	38.000	Candidatos inscritos
2	71824	Contratação de Instituição para realização de Concurso - Cadete	8.000	Candidatos inscritos

1.3. Integram este Contrato, independente de sua transcrição, o Termo de Referência e a Proposta da CONTRATADA, seus Anexos e demais elementos constantes do referido



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

processo.

1.4. O objeto deste contrato vincula-se à Dispensa de Licitação nº 09/2018.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

2.1. Do cronograma:

2.1.1. O concurso deverá ser aberto em único edital de acordo com a deliberação da comissão e da contratada.

2.1.1.1. O Edital de Abertura do Concurso deverá conter calendário com datas definidas para os eventos, especialmente:

2.1.1.1.1 publicação do Edital de Abertura;

2.1.1.1.2. período de inscrição;

2.1.1.1.3. divulgação da concorrência e inscrições indeferidas;

2.1.1.1.4. divulgação dos locais de realização das provas;

2.1.1.1.5. realização das provas/fases;

2.1.1.1.6. divulgação de gabaritos;

2.1.1.1.7. divulgação das decisões de recursos;

2.1.1.1.8. divulgação dos resultados e convocação de candidatos para as fases subsequentes;

2.1.1.1.9. prazos e períodos para recursos;

2.1.1.1.10. publicação do Resultado Final.

2.1.2. O edital deverá ser publicado, no Diário Oficial do Estado de Goiás, com um prazo mínimo de 03 (três) dias úteis para a impugnação, antes da abertura do prazo de inscrições.



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

2.1.3. A impugnação às normas do edital deverá ser endereçada ao Presidente da Comissão organizadora do concurso, não cabendo da decisão daí advinda qualquer recurso administrativo.

2.1.4. As inscrições deverão iniciar-se no primeiro dia útil após o término do prazo para julgamento dos recursos de impugnação do Edital de Abertura.

2.1.5. O período de inscrição deverá ser de, no mínimo, 30 (trinta) dias corridos.

2.1.6. As datas de realização das provas serão fixadas, preferencialmente, em período superior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da publicação do Edital de Abertura no DO/GO, ocorrendo, obrigatoriamente, em dia de domingo.

2.1.7. Caso ocorra, independentemente da vontade das partes, atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no Edital de Abertura, será feita a compensação em número de dias de forma a garantir o intervalo previsto.

2.1.7.1. A indicação das datas de realização das provas somente poderão ser alteradas por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a adoção da medida.

## 2.2. Da Divulgação e Publicidade

2.2.1. A concessão de entrevistas e informações para a mídia será feita pela SEGPLAN e pela Comissão Especial do Concurso - CEC.

2.2.2. A comunicação necessária à publicidade do concurso será de responsabilidade da instituição contratada.

2.2.3. A contratada deverá desenvolver o esforço necessário para a divulgação do concurso nos veículos de comunicação, utilizando-se de releases a serem distribuídos para todas as mídias, bem como a inserção de notícias por meio das mídias sociais

2.2.4. Todas as informações oficiais deverão ocorrer por meio de edital, constando número,



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

data e nome do documento.

2.2.5. As publicações oficiais deverão ser solicitadas pela contratada com antecedência de 48 horas e as divulgadas exclusivamente na página do concurso, com pelo menos 12 (doze) horas de antecedência.

2.2.6. No período compreendido entre as publicações do Edital de Abertura e da Homologação do Resultado Final, o sítio oficial do concurso será o da instituição contratada. Após, o sítio oficial será o da SEGPLAN.

2.2.7. Durante o prazo de validade do concurso, a instituição contratada deverá manter em sua página os editais divulgados e o link para o sítio da SEGPLAN e da Polícia Militar do Estado de Goiás.

2.2.8. Deverá ser disponibilizado para o candidato, no sítio oficial do concurso, consulta individual sobre a sua participação no concurso, em especial:

2.2.8.1. acompanhamento da inscrição;

2.2.8.2. local de prova;

2.2.8.3. boletim de desempenho, detalhado por nota de todas as disciplinas ou conforme critério adotado para o resultado das provas;

2.2.8.4. digitalização do cartão-resposta e da prova discursiva, com as respectivas correções;

2.2.8.5. apreciação e decisão dos recursos interpostos.

2.2.9. Os gabaritos oficiais das provas objetivas deverão ser publicados em até 48 (quarenta e oito) horas após o final de cada uma das avaliações.

2.2.10. Na divulgação dos resultados das provas e fases deverão constar, em ordem alfabética, nome e documento de identificação do candidato, classificação, nota de cada disciplina, de cada prova e de cada etapa, ressaltando-se aquelas que compõem os critérios de desempate.



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

2.2.11. Na divulgação dos resultados fica vedada a divulgação, pela instituição, de lista de reprovados e suas respectivas notas.

2.2.12. Serão publicados no DO/GO e disponibilizado em sítio eletrônico oficial do Estado e da instituição responsável pela organização do concurso.

2.2.12.1. as retificações e os esclarecimentos ao conteúdo do edital;

2.2.12.2. os resultados preliminares de cada etapa, bem como definitivo;

2.2.12.3. o cronograma detalhado para as nomeações pleiteadas;

2.2.12.4. as convocações dos candidatos;

2.2.12.5. os editais posteriores;

2.2.12.6. os gabaritos;

2.2.12.7. os resultados dos julgamentos de impugnação e recursos

2.2.13. O Resultado Final será publicado no DO/GO e divulgado no sítio oficial do concurso, em ordem de classificação, com a pontuação de todos os candidatos aprovados.

### 2.3. Dos Candidatos com Deficiência – PCD

2.3.1. Para os candidatos com deficiência, interessados em concorrer nessa condição, serão adotados os critérios contidos na Lei Estadual nº 14.715/2004, *que forem consonantes com disposto no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.*

2.3.2. Das vagas totais oferecidas no concurso, 5% (cinco por cento) serão providas na forma da Lei Estadual nº 14.715/2004 e suas alterações.

2.3.3. O edital deverá definir, de maneira clara, a forma de classificação dos candidatos deficiência.

2.3.4. O candidato com deficiência para ter direito às garantias asseguradas pelas leis, deverá:



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

2.3.4.1. Preencher no momento de inscrição via internet, declaração e que se enquadra na condição de pessoa com deficiência nos termos da Lei Estadual nº 14.715/2004, com o respectivo código de Classificação Internacional de Doenças - CID e o tipo de sua deficiência;

2.3.4.2. Entregar laudo médico original, com data de emissão posterior à data da publicação do Edital de Abertura, atestando a deficiência que possui, com expressa referência ao respectivo código de CID, observando os artigos 3º e 4º da Lei Estadual 14.715/2004.

2.3.5. O laudo médico original deverá ser entregue à instituição contratada em data definida no Edital de Abertura do concurso.

2.3.6. Os candidatos que se declararam no ato da inscrição como pessoa com deficiência deverão comparecer, na data prevista no cronograma, para se submeterem à avaliação da Equipe Multiprofissional.

2.3.7. A equipe multiprofissional deverá ser composta conforme estabelecido no art. 5º, Parágrafo único da Lei Estadual nº 14.715/2004.

2.3.8. O candidato inscrito na reserva de vagas que não comparecer à Avaliação da Equipe Multiprofissional nas datas e horários estabelecidos ou que não for qualificado como deficiente perderá o direito de concorrer em tal condição e concorrerá com os candidatos da ampla concorrência.

#### **2.4. Das Condições Especiais Para Fazer as Provas**

2.4.1. O candidato que necessitar de qualquer tipo de condição especial para fazer as provas deverá solicitar eletronicamente, no momento da inscrição, as condições especiais necessárias, conforme modelo disposto na tela de inscrição.

2.4.2. A solicitação de condições especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade.

2.4.3. Os candidatos poderão ser submetidos a exame perante junta médica da instituição contratada para comprovar a necessidade de condição especial solicitada.



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

2.4.4. Para a candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, deverá ser disponibilizada sala reservada para acomodar o acompanhante e a criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará a prova.

2.4.5. Os fiscais destinados ao acompanhamento dos candidatos que tenham solicitado condições especiais para fazer as provas deverão estar aptos a este tipo de serviço.

## 2.5. Da Inscrição

2.5.1. A inscrição será realizada exclusivamente pela internet.

2.5.2. O sítio das inscrições deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas, ininterruptas, durante todo o período de inscrições, observado o horário de Brasília – DF.

2.5.3. No ato da inscrição o candidato deverá optar pelo cargo/função ao qual concorrerá.

2.5.4. O pagamento será via Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE, emitido no ato da inscrição.

2.5.4.1. O pagamento somente poderá ser feito em bancos credenciados ou nas agências lotéricas

2.5.5. Será isento do pagamento de taxa de inscrição do concurso, mediante requerimento, o candidato:

2.5.5.1. cuja renda da entidade familiar seja inferior a 2 (dois) salários mínimos, mediante comprovantes de rendimento ou prova de que é beneficiário de programa federal ou estadual de transferência de renda;

2.5.5.2. doador de sangue e/ou de medula óssea, desde que comprove a condição de doador regular, por, pelo menos, 3(três) vezes nos 12(doze) meses antecedentes à publicação do edital.

2.5.5.3. O benefício da isenção deve ser deferido ou indeferido em caráter definitivo até o dia útil anterior da inscrição para o concurso.





ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

2.5.6. Caberá a instituição contratada o recebimento e conferência de toda documentação, presencialmente, de acordo com o item 2.5.5 e subitens.

2.5.7. Não haverá devolução de taxas de inscrição, salvo em casos de cancelamento do concurso.

2.5.8. Para ter acesso ao formulário de inscrição, o candidato deverá declarar conhecimento do inteiro teor dos termos do Edital de Abertura e sua aceitação. O “Termo de Conhecimento e Aceitação” ficará registrado nas informações do candidato.

2.5.9. O cadastro geral de inscritos será composto com informações colhidas do formulário de inscrição, contendo dados pessoais do candidato e dados do cargo, em especial:

2.5.9.1. nome, documento de identificação, CPF, endereço, e-mail, telefones fixo e celular, data de nascimento, nome da mãe e sexo;

2.5.9.2. cargo/função

2.5.9.3. condições especiais para fazer as provas, se houver.

## 2.6. Da Estrutura Organizacional

### 2.6.1. Aspectos Gerais

2.6.1.1. Possuir estrutura organizacional composta por equipe fixa e especializada, excetuando-se equipes de apoio.

2.6.1.2. Ter capacidade de mobilizar recursos humanos qualificados, especialmente as equipes de fiscais e Banca Examinadora.

2.6.1.3. Possuir infraestrutura e logística mínima capaz de atender as necessidades de desenvolvimento das atividades inerentes à execução de cada uma das fases do certame, com profissionalismo e qualidade.

2.6.1.4. Manter segurança e vigilância constantes durante todo o processo de execução do certame e do transporte das provas.



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

**2.7. Das Bancas**

2.7.1. Os membros deverão assinar termo de compromisso a fim de garantir sigilo nas fases do concurso e declaração de que preenchem todos os seguintes requisitos:

2.7.1.1. ser detentor de notória especialização na área do conhecimento exigido, com títulos reconhecidos nos termos da legislação pertinente;

2.7.1.2. ser possuidor de ilibada reputação;

2.7.1.3. não ministrar aulas em cursos preparatórios para concursos públicos enquanto durar seu vínculo com a instituição;

2.7.1.4. não ser proprietário de cursos preparatórios para concursos;

2.7.1.5. não ser cônjuge ou parente, em linha reta ou colateral, por parentesco natural ou civil, até o 3º (terceiro) grau, de candidato ao concurso.

2.7.2. A Banca Examinadora das provas objetivas e discursivas será composta, por disciplina do conteúdo programático, da seguinte forma:

2.7.2.1. Banca Elaboradora: elaboração de questões;

2.7.2.2. Banca Revisora: revisão crítica das questões elaboradas;

2.7.2.3. Banca Corretora: correção das provas aplicadas.

2.7.3. A Banca Revisora será composta por profissionais distintos da Banca Elaboradora.

2.7.4. A Banca Corretora poderá ser composta pelos mesmos profissionais das Bancas Elaboradora e Revisora.

2.7.5. Cada uma das bancas deverá ser composta por pelo menos 2 (dois) membros especialistas, tendo ao menos 1 (um) com titulação mínima de Mestre.

2.7.5.1. Todos os membros das bancas deverão autorizar a divulgação de seus nomes no edital de abertura do concurso público, nos termos da Lei Estadual 19.587/17.



**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**

2.7.6. Os membros das Bancas Elaboradora e Revisora deverão trabalhar isoladamente, de modo a garantir que nenhum deles obtenha conhecimento do conteúdo global a ser aplicado.

2.7.7. As provas deverão ser submetidas à revisão linguística, de acordo com a última reforma ortográfica.

**2.8. Da Equipe de Apoio na Aplicação de Provas**

**2.8.1. Composição da equipe de apoio:**

2.8.1.1. coordenador geral;

2.8.1.2. coordenadores de prédio, de provas e de andar;

2.8.1.3. fiscal de sala; pelo menos 02 para cada sala, que não poderão deixar as salas sem que sejam substituídos por outros candidatos. Eles não poderão acompanhar candidatos ao banheiro. Não poderá haver alteração nesse procedimento, mesmo que a contratada adote outra forma de fiscalização.

2.8.1.4. fiscal de apoio (auxiliar da coordenação e fiscal para recepção dos candidatos);

2.8.1.5. fiscal de corredor; fiscal no mínimo 01 para cada 03 salas de aplicação;

2.8.1.6. fiscal de banheiro – interno – um por banheiro;

2.8.1.7. fiscal de raquete (detector de metais) que atuarão na entrada e na saída dos banheiros e salas de aula e deverão ser em número suficiente para atender à demanda dos candidatos;

2.8.1.8. fiscal de portaria;

2.8.1.9. fiscal reserva (fiscal para recepção dos candidatos e substituições);

2.8.1.10. auxiliar de limpeza;

2.8.1.11. fiscal para condições especiais;

2.8.1.12. médico.



**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**

2.8.2. Os locais de prova deverão contar com a presença de pelo menos 01 (um) médico durante todo o período de realização das provas.

2.8.3. Os banheiros deverão contar com a presença permanente de pelo menos 01 (um) fiscal, na parte interna, durante todo o período de realização das provas.

2.8.4. O quantitativo da equipe de apoio deverá ser contratado em quantidade suficiente para uma aplicação de provas eficiente, segura e com qualidade inquestionável.

2.8.5. Os fiscais deverão ser selecionados, contratados e treinados para atuarem na aplicação das provas do concurso, em conformidade com a função a ser exercida;

2.8.6. O treinamento da equipe de apoio deverá ocorrer, preferencialmente, no dia anterior à aplicação e, quando não for possível, com pelo menos 02 horas de antecedência da abertura dos portões.

2.8.7. Os fiscais de banheiro deverão receber treinamento especial em razão da grande incidência de tentativa de fraude por meio de aparelhos eletrônicos nesse recinto.

2.8.8. Toda a equipe de apoio deverá ser remunerada de acordo com o estabelecido pela empresa executora.

2.8.9. **TODOS OS FISCAIS DE SALA E COORDENADORES DEVERÃO TER, PREFERENCIALMENTE, CURSO SUPERIOR.**

2.8.10. É vedada a participação, como coordenador, fiscal de sala ou em qualquer outra função atinente à realização do concurso, de cônjuge ou parente de candidato, em linha reta ou colateral, por parentesco natural ou civil, até o 3º(terceiro) grau.

2.8.11. Toda a Equipe de Coordenação e Supervisão da contratada deverá participar de reunião com a Gerência de Recrutamento e Seleção, da Segplan, em dia, hora e local que serão definidos em comum acordo com a contratante e a contratada.



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

**2.9. Da Segurança do Concurso**

2.9.1. Equipes de segurança deverão atuar durante toda a realização do concurso, especialmente quanto aos trabalhos de elaboração, impressão e guarda das provas objetivas e discursivas e nos dias de aplicação das provas presenciais.

2.9.2. Os locais de elaboração, impressão, embalagem, guarda, correção de provas e cartões-resposta deverão ser específicos, resguardando os critérios:

2.9.2.1. possuir sistema de alarme monitorado, segurança e vigilância, câmeras filmadoras em locais estratégicos e registro das imagens durante o período de desenvolvimento dessas atividades;

2.9.2.2. oferecer absoluta impossibilidade de acesso ao seu interior por meio de janelas, fendas ou aberturas para ar-condicionado sem o equipamento instalado;

2.9.2.3. utilizar computadores não conectados às redes externas e internas;

2.9.2.4. dispor de cofre para armazenar o material didático, os arquivos físicos e magnéticos das questões, as provas impressas e já reproduzidas, outros materiais utilizados pela Banca Examinadora, os cartões-resposta, os cadernos das provas discursivas e as filmagens;

2.9.2.5. restringir o acesso somente às pessoas envolvidas no certame, utilizando-se de controle de identificação e de detectores de metais, não permitindo entrada e saída portando celulares, equipamentos eletrônicos, bolsas, objetos pessoais e materiais didáticos;

2.9.2.6. fragmentar o lixo destes locais antes de ser descartado, sendo que o lixo de elaboração e impressão das provas somente deverá ser fragmentado após a Homologação do Resultado Final.

2.9.3. Após a impressão, as provas e os cartões-resposta deverão ser separados e acondicionados em envelopes plásticos de segurança opacos, os quais deverão ser etiquetados conforme distribuição do local de realização: prédio, bloco, andar, salas, lacrados e assinados pelo responsável e guardados em recipiente lacrado e inviolável.



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

- 2.9.4. O material de aplicação das provas deverá ser acondicionado em recipiente lacrado.
- 2.9.5. Os objetos eletrônicos dos candidatos deverão ser guardados em suas respectivas salas, desligados, acondicionados em sacos plásticos identificados e lacrados.
- 2.9.6. Serão utilizados detectores de metais nos locais de aplicação das provas, especialmente para acesso aos banheiros.
- 2.9.7. Serão coletadas as impressões digitais, em todas as etapas, desde que legalmente necessárias.
- 2.9.8. Policiais Federais, Policiais Cíveis ou outros profissionais qualificados e habilitados deverão atuar como seguranças com sistema de monitoramento de celulares e de repressão à fraudes.
- 2.9.9. Adotar no edital, a proibição de entrada de candidatos com celular ou dispositivo eletrônico de comunicação e registro de imagens nos locais de prova.
- 2.9.9.1. Providenciar a barreira de raquetes eletrônicas nas entradas dos locais de prova.
- 2.10. **Requisitos básicos para investidura no cargo de Soldado de 3ª Classe:**
- 2.10.1. Aprovação prévia neste Concurso Público.
- 2.10.2. Ter nacionalidade brasileira ou gozar das prerrogativas dos Decretos Federais n. 70.391/72 e n.70.436/72 e art. 12, § 1º, da Constituição Federal.
- 2.10.3. Estar quite com as obrigações eleitorais.
- 2.10.4. Estar quite com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino.
- 2.10.5. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos e máxima de 30 (trinta) anos de idade na data da inscrição.



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

- 2.10.6. Ter altura mínima de 1,65m (sexo masculino) e 1,60m (sexo feminino).
- 2.10.7. Não ter sofrido condenação criminal com pena privativa de liberdade, medida de segurança ou qualquer condenação incompatível com a função de Policial Militar.
- 2.10.8. Ter concluído curso superior até a data da incorporação/inclusão/matricula nos quadros da Polícia Militar do Estado de Goiás.
- 2.10.9. Não ter sido dispensado de Corporação das Forças Armadas, por incapacidade física definitiva ou moral, ou por motivo considerável incompatível com as exigências para a função Policial Militar, de acordo com a legislação em vigor.
- 2.10.10. Se Militar, estar classificado, no mínimo, no comportamento “BOM” e não figurar como indiciado em Inquérito Policial Militar ou Conselho de Disciplina, não responder a processo criminal relativo a fato ocorrido em consequência do serviço que constituía ilícito infamante, lesivo à honra ou ao pudor militar.
- 2.10.11. Não ter sido desligado de estabelecimento militar por motivo disciplinar.
- 2.10.12. Cumprir na íntegra as determinações previstas no Edital de abertura do concurso.
- 2.10.13. Ser habilitado na categoria “B”, mediante comprovação de apresentação da Carteira Nacional de Habilitação – CNH.

**2.11. Das Provas**

2.11.1. Da Elaboração

2.11.1.1. O conteúdo das provas deverá abarcar o conteúdo programático.

2.11.1.2. As questões das provas deverão:

2.11.1.2.1. ser contextualizadas e sempre que possível interdisciplinares;

2.11.1.2.2. abranger graus variados de dificuldade, adequados às especificidades do cargo;



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

2.11.1.2.3. utilizar recursos gráficos animados, caso haja necessidade;

2.11.1.2.4. ser inéditas, formuladas com clareza, abrangendo as capacidades de compreensão, aplicação, análise e avaliação, devendo valorizar o raciocínio e privilegiar a reflexão e não a memorização, bem como a qualidade e não a quantidade.

2.11.1.3. A Banca Examinadora deverá elaborar questões que permitam o embaralhamento aleatório de modo a compor, no mínimo, 2 (dois) tipos de gabaritos para a mesma prova.

2.11.1.4. As provas escritas e discursivas terão a duração de 4 a 5 horas.

2.11.1.5. As provas poderão ter pesos diferentes.

### 2.11.2. Da Impressão

2.11.2.1. As provas deverão ser impressas, no mínimo, em dois cadernos distintos.

2.11.2.2. Os cadernos de provas e os cartões-resposta deverão utilizar no corpo do texto uma fonte de no mínimo 10 (dez) e ser produzidos em impressora de alto desempenho.

2.11.2.3. Os cadernos de provas deverão conter: capa com todas as instruções necessárias à realização das provas, com código de barras e uma parte destacável que contenha o nome do candidato, número do documento de identificação e inscrição.

2.11.2.4. Após a aplicação, as provas discursivas e os cartões-resposta deverão ser acondicionados em envelopes lacrados, etiquetados e assinados pelos fiscais de sala e pelo coordenador do prédio ou de provas.

### 2.11.3. Da Aplicação

2.11.3.1. As Provas Objetiva e Discursiva para os 02 (dois) cargos serão aplicadas em datas diferentes e terão a duração de 04 a 05 horas;





**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**

2.11.3.2. As provas Objetiva e Discursiva serão realizadas nos municípios constantes dos Quadros I e II, Anexo I.

2.11.3.3. O local de realização das provas deverá ser referendado pela Comissão do Concursos e contar com:

2.11.3.3.1. vias de acesso apropriada aos candidatos com deficiência;

2.11.3.3.2. condições ambientais e instalações que não impliquem desgaste físico ou mental desnecessário ao candidato ou que lhe prejudiquem a concentração;

2.11.3.3.3. relógio digital de parede, instalado e mantido em local visível a todos os candidatos durante a realização das provas;

2.11.3.3.4. instalações sanitárias adequadas e próximas à sala de prova;

2.11.3.3.5. serviço de atendimento médico de emergência.

2.11.3.4. Serão de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de prova e o comparecimento no horário determinado.

2.11.3.5. Para ingressar nos locais de provas, os candidatos terão que apresentar documento de identificação oficial original, nos moldes do art. 2º da Lei 12.037/2009.

2.11.3.6. A Comissão Especial do Concurso poderá também autorizar outros meios de identificação do candidato quando o documento do item anterior for insuficiente.

2.11.3.7. Considerar-se-á eliminado do concurso o candidato que não comparecer no dia, hora e lugar previamente designados para a realização de qualquer das provas, não sendo admitido o seu ingresso no local após o horário estabelecido.

2.11.3.8. O candidato deverá assinar a lista de comparecimento.

2.11.3.9. Os envelopes de provas deverão ser abertos na presença dos candidatos, no momento da aplicação das provas, com assinatura de dois candidatos como testemunhas no Termo de Abertura;



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

2.11.3.10. Será eliminado do concurso o candidato que durante a realização das provas comunicar-se com outros candidatos ou com outras pessoas, oralmente, por escrito ou por qualquer outro meio de comunicação, ou tentar utilizar-se de notas, impressos ou livros.

2.11.3.11. Não será permitida qualquer forma de consulta, sob pena de desclassificação do candidato.

2.11.3.12. Os candidatos não poderão deixar seus lugares durante a realização das provas sem a permissão de um dos fiscais, sob pena de ser eliminado do Concurso.

2.11.3.13. Será eliminado do concurso o candidato que desacatar qualquer membro da Comissão Especial do Concurso ou membro da equipe de fiscalização.

2.11.3.14. Não será permitido a divulgação de errata ou qualquer outro tipo de correção das provas nos dias de aplicação;

2.11.3.15. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização da prova levando o caderno contendo as respectivas questões, no último 4º (quarto) tempo destinado à prova escrita objetiva.

2.11.3.16. Durante o período de realização das provas, deverão permanecer no mínimo os 3 (três) últimos candidatos por sala. Esta regra deverá constar dos avisos da capa do caderno de provas;

#### 2.11.4. Da Correção

2.11.4.1. Não será admitido arredondamento de notas em qualquer das fases do concurso.

2.11.4.2. O cartão-resposta será corrigido por leitura óptica, sendo o único documento válido para correção da prova objetiva; não será substituído em hipótese alguma; deverá conter instruções de preenchimento e código de barras e uma parte destacável com o nome do candidato, número do documento de identificação, número de inscrição, tipo e local da prova.



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

2.11.4.3. Constará no Edital de Abertura o quadro demonstrativo com os critérios de avaliação e a respectiva pontuação da Prova Discursiva.

2.11.4.4. As provas discursivas serão corrigidas com sigilo do nome do candidato.

2.11.4.5. Na atribuição das notas, além dos conhecimentos técnicos, serão consideradas a correção da linguagem e a clareza da exposição, conforme critérios e pontuação a serem estabelecidos no edital.

**2.11.5. Do Conteúdo Programático**

2.11.5.1. Deverão ser observados os seguintes critérios:

2.11.5.1.1. Privilegiar disciplinas e temas pertinentes e relevantes ao desempenho das atribuições dos cargos.

2.11.5.1.2. Deverá constar no Edital de Abertura do concurso a explicação resumida da relação existente entre cada disciplina exigida no certame e as atribuições do cargo ou emprego público, de acordo com a natureza e complexidade das suas atribuições.

2.11.5.1.3. Observar legislações ou normas vigentes.

2.11.5.1.4. Não utilizar legislações com entrada em vigor após a data de publicação do Edital de Abertura.

2.11.5.1.5. Ser adequado ao número de questões que serão exigidas, ao nível de escolaridade, complexidade e perfil dos cargos.

2.11.5.1.6. Ser apresentado no Edital de Abertura por disciplina, com tópicos e subitens.

2.11.5.2. O conteúdo programático de cada disciplina, objeto de exame no concurso público será enunciado de forma precisa e detalhada, a fim de permitir ao candidato a adequada compreensão do assunto em causa, vedada a referência genérica a grandes tópicos do conhecimento.



**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**

2.11.5.3. Será assegurado a qualquer cidadão, inscrito ou não no certame, o direito de receber no prazo de 10 (dez) dias contados da apresentação do requerimento à comissão de concurso, os esclarecimentos necessários a respeito do conteúdo programático do certame, devendo aquela dar ampla publicidade da resposta ao requerimento.

2.11.5.4. As questões que envolvam legislação ou conhecimentos jurídicos deverão ser elaboradas com o objeto de aferir a compreensão do candidato acerca do efetivo conteúdo normativo ou jurisprudencial veiculado, sendo vedada a exigência assentada na mera memorização de número de dispositivo.

**2.11.6. Dos Locais de Realização das Provas**

2.11.6.1. Os locais de provas deverão ser homologados pela comissão do concurso, ou por quem for designado pela Segplan.

2.11.6.2. Os locais das provas - estabelecimentos de ensino - deverão ser selecionados entre aqueles de fácil acesso, com infraestruturas semelhantes entre si e adequadas a permitir a boa acomodação física dos candidatos e, preferencialmente, localizados nas zonas centrais.

2.11.6.3. As salas com até 50 (cinquenta) candidatos deverão contar com, no mínimo, 2 (dois) fiscais. As salas com mais de 50 (cinquenta) candidatos deverão contar com, no mínimo, 3 (três) fiscais, não podendo exceder o quantitativo de 70 (setenta) candidatos por sala. Excepcionalmente, com a aquiescência da Comissão Especial do Concurso - CEC, instituída pela contratante, poderão ser utilizadas salas para maior número de candidatos, desde que o número de fiscais seja proporcional ao acréscimo de candidatos alocados.

2.11.6.4. As salas deverão ser arejadas e ter somente 1 (um) acesso.

2.11.6.5. As carteiras deverão ser confortáveis, próprias para adultos e distribuídas resguardando a distância considerada razoável e necessária pela organizadora.



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

2.11.6.6. Os locais de prova deverão ser preparados, preferencialmente, ou como definir a organizadora, no dia anterior à sua realização - distribuição das carteiras, sinalização interna do prédio -, restando para o dia de aplicação das provas, o mapa de distribuição dos candidatos e a sinalização externa.

2.11.6.7. Durante todo o período de aplicação das provas, as instalações deverão ser mantidas limpas, asseadas e em boas condições de uso.

2.11.6.8. Os locais de provas serão aprovados previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção da Segplan.

**2.12. Dos Recursos**

2.12.1. Serão interpostos recursos, em qualquer fase do certame, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da divulgação do evento.

2.12.2. A instituição organizadora deverá disponibilizar sistema de elaboração de recursos pela internet, de modo a permitir ao candidato o seu envio, inclusive com a funcionalidade de anexar arquivos magnéticos de textos ou figuras, com auxílio à fundamentação de recursos, com fornecimento de número de protocolo e possibilidade de impressão e salvamento em arquivo magnético do respectivo comprovante.

2.12.3. No processamento de recursos, fica vedada qualquer limitação ao exercício da ampla defesa atinente ao número máximo de caracteres, palavras, linhas ou páginas.

2.12.4. A decisão justificada dos recursos interpostos deverá ser digitalizada e disponibilizada, para qualquer interessado, no sítio oficial do Concurso.

2.12.5. A resposta ao recurso por parte da banca examinadora ou comissão do concurso deverá ser dada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data de apresentação, e:

2.12.5.1. não poderá ser padronizada ou ofertada de maneira vaga ou genérica.



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

2.12.5.2. deverá descrever, em relatório sucinto, os principais argumentos utilizados pelos candidatos em seus recursos.

2.12.5.6. O profissional responsável pela elaboração da questão objeto de recurso ou gabarito oficial não poderá julgar o recurso interposto.

2.12.5.7. As decisões dos recursos deverão ser enviadas para a Gerência de Recrutamento e Seleção, que analisará previamente a fundamentação da banca e autorizará a sua divulgação.

### 2.13. Da Fiscalização do Concurso

2.13.1. A fiscalização da execução do concurso será de responsabilidade dos membros da CEC.

2.13.2. Para exercerem a atividade de fiscalizar, os membros da Comissão ou os representantes da SEGPLAN e do órgão, terão acesso a qualquer dependência onde estiverem sendo desenvolvidas as atividades relativas ao certame observando as normas de segurança praticadas pela CONTRATADA.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

3.1. Deverá ser observado o cronograma de execução dos serviços ora contratados:

### \*Do Cronograma Preliminar de Execução do Serviço

Atividade	2017				2018											
	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Dez	
Apresentação das propostas	X															
Tramitação do processo licitatório		X	X	X												
Assinatura do contrato								X								



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

Análise e aprovação dos editais								X	X										
Publicação do Edital de Abertura do Concurso										X									
Realização do concurso conforme estabelecido em Termo de Referência, anexos e contrato										X	X	X	X	X	X				
Publicação do Resultado Final do Concurso																			X
Homologação do concurso																			X

\* Os prazos constantes da Tabela acima poderão sofrer alterações no transcorrer da execução do concurso.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 2.254.000,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil reais), para um universo de 46.000 (quarenta e seis mil) candidatos inscritos, conforme Cronograma de Execução disposto na Cláusula Terceira deste Instrumento.

4.2. O pagamento à CONTRATADA se baseará no preço unitário de R\$ 49,00 (quarenta e nove reais) por candidato inscrito levando em conta o seguinte:



**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**

4.2.1. até 100 % (cem por cento) do número de candidatos previstos inscritos, será pago 100% (cem por cento) do preço unitário contratado;

4.2.2. até 105% (cento e cinco por cento) do número de candidatos inscritos previstos, será pago 95% (noventa e cinco por cento) do valor unitário por candidato contratado;

4.2.3. até 110% (cento e dez por cento) do número de candidatos inscritos previstos, será pago 90% (noventa por cento) do valor unitário por candidato contratado;

4.2.4. até 115% (cento e quinze por cento) do número de candidatos inscritos previstos, será pago 85 % (oitenta e cinco por cento) do valor unitário por candidato contratado;

4.2.5. acima de 115% (cento e quinze por cento), do número de candidatos inscritos previstos, será pago 80% (oitenta por cento) do valor unitário por candidato contratado.

4.3. A SEGPLAN pagará a CONTRATADA conforme Cronograma de Desembolso Financeiro, através da Ordem de Pagamento, em até 30 (trinta) dias após o recebimento das Notas Fiscais, as quais deverão ser devidamente atestadas pela Superintendência da Escola de Governo, situada na Rua C-135 esq. C/ Rua C-149, Qd. 291, Lt. 3, Jardim América, Goiânia, neste Estado, até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês de prestação dos serviços.

4.4. Deverá ser indicado, no corpo da Nota Fiscal ou Fatura, o número do processo de contratação da SEGPLAN a que se refere, para facilitar a remessa do documento para atestação pelo Gestor.

4.5 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a protocolização e aceitação pela contratante das Notas Fiscais e/ou Faturas devidamente atestadas pelo setor competente.

4.6. Os pagamentos somente serão efetivados por meio de crédito em conta-corrente da Contratada na Caixa Econômica Federal – CEF, que é a Instituição Bancária contratada pelo Estado de Goiás para centralizar a sua movimentação financeira, nos termos do art. 4º da Lei Estadual n.º 18.364, de 10 de janeiro de 2014.

4.7. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo





**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**

para pagamento estipulado no item 4.5 passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

4.8. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto perdurar pendência em relação à parcela correspondente ou em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

4.9. Caso haja previsão nas leis fiscais vigentes, a SEGPLAN efetuará as devidas retenções nos pagamentos.

4.10. Para a emissão da Nota Fiscal/Fatura, o número do CNPJ da SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE GOIÁS/FUNDO DE CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR E DE MODERNIZAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS-FUNCAM é 13.301.077/0001-4

**CLÁUSULA QUINTA – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO**

5.1. O desembolso será feito em parcelas de acordo com o andamento da execução de cada certame separadamente, conforme abaixo:

30%	Em até 05 (cinco) dias úteis após o término das inscrições
15%	Em até 10 (dez) dias úteis após a divulgação do resultado da prova objetiva e discursiva
30%	Em até 10 (dez) dias úteis após a publicação do resultado do teste de aptidão física.
25%	Em até 15 (quinze) dias úteis após a divulgação do Resultado Final

5.2. Os recursos para a execução do certame são os oriundos das taxas de inscrições dos candidatos mediante pagamento de DARES e carreados à conta do FUNCAM.

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato, cujo valor total estimado é de R\$ 2.254.000,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil reais), correrão à conta da Dotação Orçamentária, Fonte 220, oriunda do FUNCAM – Fundo de Capacitação do Servidor e de Modernização do Estado de Goiás, constante do vigente Orçamento Geral do Estado.

**CLÁUSULA SÉTIMA – GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela prestação dos serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços fornecidos, diretamente ou por prepostos designados.

7.2. A Gestão de todo o procedimento de contratação, inclusive o acompanhamento, fiscalização ou execução administrativa do contrato, será feita por servidor especialmente designado para tal finalidade, mediante edição de portaria pela Contratante, conforme disposto no Art. 67 da Lei Federal n.º 8.666/93, e art. 51 e 52 da Lei Estadual 17.928/2012.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES**

8.1. DA CONTRATADA:

8.1.1. Receber visita técnica da contratante, para verificação da capacidade técnico-operacional, antes da homologação do objeto do contrato.

8.1.2. Providenciar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis seguintes ao comunicado oficial da SEGPLAN as assinaturas no instrumento de contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

8.1.3. Iniciar os procedimentos de realização do concurso imediatamente após a assinatura do contrato.



**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**

8.1.4. Submeter à apreciação da Comissão Especial do Concurso - CEC, para aprovação e autorização, em até 10 (dez) dias úteis, após a data de assinatura do contrato:

8.1.4.1. Planejamento preliminar detalhado especificando todos os procedimentos a serem adotados para a execução dos concursos e os responsáveis pela instauração e condução deles.

8.1.4.2. Cronograma discriminando todos os prazos em que as fases do concurso devem ser executadas.

8.1.5. Submeter à apreciação da CEC, em até 30 (trinta) dias corridos após a data da assinatura do Contrato, a proposta de Edital de Abertura.

8.1.6. Quaisquer alterações no cronograma e no planejamento apresentado dependerão de prévia e expressa aprovação da CEC.

8.1.7. Informar à CEC, formalmente, com antecedência mínima de 12 (doze) horas da divulgação, sobre todas as decisões e comunicados externos.

8.1.8. Informar à CEC nome, identificação pessoal, qualificações técnicas do Coordenador Geral do Concurso, que será o responsável pela execução do contrato, bem como de seu substituto.

8.1.9. Encaminhar à CEC, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data das provas presenciais, relação com os nomes dos Coordenadores que atuarão nos locais de prova, a função a ser exercida e seus respectivos números de telefone para contato.

8.1.10. Coletar as impressões digitais de todos os candidatos nas fases de provas presenciais.

8.10.1. A coleta de impressões poderá ser dispensada, desde que a contratada apresente embasamento legal que justifique a dispensa dessa atividade.

8.1.11. Comunicar às polícias locais com antecedência mínima de 5 (cinco) dias os locais e horários de realização das provas presenciais.



**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**

- 8.1.12. Providenciar junto ao Comando-Geral da PM pelos menos 01 (uma) viatura para a cobertura dos locais de realização das provas.
- 8.1.13. Providenciar para todos os locais de provas pelo menos 01 (um) profissional habilitado legalmente para revistar candidatos, quando necessário.
- 8.1.14. Garantir absoluto sigilo e segurança em todas as fases do certame desde a assinatura do contrato até a publicação da Homologação do Resultado Final.
- 8.1.15. Responsabilizar-se pela publicidade do concurso.
- 8.1.16. Responsabilizar-se pela divulgação do extrato do edital em jornal de grande circulação no Estado de Goiás.
- 8.1.17. Responsabilizar-se, exclusivamente, pela produção de material de divulgação submetendo-o à prévia aprovação da CEC.
- 8.1.18. Encaminhar à CEC, para aprovação, quando for utilizar material de divulgação produzido para distribuição.
- 8.1.19. Providenciar todos os recursos materiais, humanos e instalações físicas necessárias à realização das atividades sob sua responsabilidade, em cada uma das fases estabelecidas no Termo de Referência.
- 8.1.20. Responder por quaisquer danos ou prejuízos provenientes da execução irregular do contrato, correndo a expensas da contratada as correspondentes despesas, no todo ou em parte, de serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, durante ou após sua prestação.
- 8.1.21. Responsabilizar-se pelo serviço de atendimento médico aos candidatos, bem como o transporte para os locais de atendimento de urgência e emergência, quando necessário.
- 8.1.22. Responsabilizar-se:



**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**

a- pelo ensalamento dos candidatos, empacotamento das provas, distribuição aos locais de aplicação das provas, produção das imagens dos cartões respostas, processamento e apuração dos resultados;

b- pelo fornecimento de todo o material de apoio aos candidatos, aos locais de aplicação de prova.

c- pela aplicação das provas do concurso relativamente a todos os recursos envolvidos: humanos, logísticos, financeiros, etc....

8.1.23. Selecionar, contratar, treinar e remunerar os fiscais para atuarem na aplicação das provas do concurso, em conformidade com a função a ser exercida.

8.1.24. Responder por quaisquer ônus, despesas e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária e os demais custos diretos e indiretos, assim como por encargos relativos à alimentação, transporte e outros benefícios de qualquer natureza, decorrentes da relação de emprego do pessoal que venha a ser contratado para a execução de serviços incluídos no objeto do contrato, tais como: transporte de material, postagem de comunicados, e outros custos inerentes à realização das atividades pertinentes à execução das fases de sua responsabilidade no concurso público.

8.1.25. Providenciar locais, materiais e equipamentos específicos e adequados, para elaboração, impressão, guarda, correção e aplicação das provas, obedecendo às normas de segurança exigidas.

8.1.26. Apresentar à CEC um planejamento detalhado de execução de todas as etapas do concurso, em até 10 dias antes da realização das provas, abrangendo: treinamento da equipe de apoio; plano de aplicação de provas; plano de segurança nos locais de aplicação de provas; manuseio das provas, desde a elaboração e revisão de questões, impressão dos cadernos de provas, embalagem, transporte e guarda dos malotes, bem como o esquema de segurança envolvido.



**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**

8.1.27. Filmar e fotografar os ambientes nos quais forem desenvolvidas quaisquer atividades de impressão e manuseio das provas, desde o início da impressão até o dia de sua aplicação, inclusive o empacotamento, embalagem nos malotes, numeração e controle dos lacres e disponibilizar para os órgãos de controle interno e externo, do Estado de Goiás, quando solicitado, os arquivos com relatório circunstanciado e detalhado em até 05 (cinco) dias após a solicitação, nos moldes da legislação em vigor.

8.1.28. Compor a Banca Examinadora e Revisora conforme estabelecido.

8.1.29. Providenciar para a Banca Examinadora o material didático necessário ao desempenho de suas atividades.

8.1.30. Manter sob sua guarda o lixo de elaboração e impressão das provas até a Homologação do Resultado Final podendo, em seguida, fragmentá-lo e descartá-lo.

8.1.31. Responsabilizar-se pela elaboração, impressão, empacotamento, armazenamento, guarda, transporte e correção das provas e dos cartões-resposta, garantindo a sua inviolabilidade e restringindo o acesso a esse material somente aos funcionários envolvidos diretamente no concurso.

8.1.32. Encaminhar para a CEC, com antecedência mínima de 12 (doze horas), todos os editais a serem divulgados na página do concurso, e com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas aqueles de publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás, para aprovação das autoridades competentes.

8.1.33. Responsabilizar-se pela manutenção do sítio oficial do concurso durante a realização do concurso.

8.1.34. Manter no sítio oficial as informações divulgadas e link para o sítio da SEGPLAN e da PM, durante o prazo de validade do concurso.

8.1.35. Disponibilizar no sítio oficial do concurso consulta individual às informações de interesse do candidato, disponibilizando a imagem dos cartões.



**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**

8.1.36. Utilizar sistema próprio de processamento eletrônico para realizar as inscrições e compor o cadastro geral de candidatos inscritos e as demais atividades relacionadas à produção.

8.1.37. Gerenciar o recebimento dos pedidos de inscrição por meio de senha de acesso aos dados.

8.1.38. Manter uma Central de Atendimento ao Candidato, eletrônica e/ou telefônica, para:

8.1.38.1. Sanar as dúvidas dos candidatos em tempo hábil, de forma a não comprometer a participação desses no concurso;

8.1.38.2. Solucionar problemas relativos à sua inscrição;

8.1.38.3. Prestar informações gerais de interesse do candidato.

8.1.39. Criar campo na ficha de inscrição para que o candidato possa solicitar condição especial necessária.

8.1.40. Receber e julgar os pedidos de isenção de pagamento das taxas de inscrição, nos termos do art. 23, incisos I e II da Lei Estadual nº 19.587/2017.

8.1.41. Os pedidos de isenção deverão ser entregues pessoalmente e conferidos no ato, pela contratada;

8.1.42. Receber as solicitações de condições especiais para fazer as provas, deferir ou indeferir, obedecendo a critérios de legalidade, viabilidade e razoabilidade.

8.1.43. Providenciar os recursos necessários ao atendimento das condições especiais deferidas.

8.1.44. Receber, apreciar e proferir decisão aos recursos porventura interpostos, no que lhe compete.

8.1.45. Encaminhar para a Gerência de Recrutamento, Seleção e Relações Externas da Segplan todos os recursos, antes da divulgação para o candidato;



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

- 8.1.46. Garantir a possibilidade de atualização de endereço e contatos dos candidatos durante o período de desenvolvimento das atividades do concurso.
- 8.1.47. Responsabilizar-se pela formação e normas de procedimento da Equipe Multiprofissional – EMP, nos termos estabelecidos pela Lei Estadual 14.715/04 e no termo de referência;
- 8.1.48. Responsabilizar-se pela realização da fase de Avaliação da Equipe Multiprofissional, nos termos do edital de abertura.
- 8.1.49. Enviar à CEC, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias antes da divulgação, lista com o nome e o endereço dos locais estabelecidos para a realização das fases do concurso.
- 8.1.50. Confirmar os locais de provas somente após a homologação pela Comissão Especial do Concurso;
- 8.1.51. Divulgar os resultados das fases e os editais de convocação dos candidatos para as fases subsequentes, conforme cronograma.
- 8.1.52. Enviar à CEC arquivo magnético, em até 15 (quinze) dias úteis após a publicação do Resultado Final, o arquivo do cadastro geral dos inscritos, contendo o histórico da participação dos candidatos desde a inscrição até a publicação da Homologação do Resultado Final.
- 8.1.53. Guardar, por pelo menos 06 meses após a aplicação das provas objetivas, o material contendo as digitais colhidas na ocasião da realização das provas, se houver a coleta no dia da aplicação das provas.
- 8.1.54. Encaminhar à CEC, em até 90 (noventa) dias úteis após a publicação da Homologação do Resultado Final, relatório final, encadernado, em livros de capa dura, com identificação do certame e do volume, com no máximo 300 folhas cada, contendo:
- 8.1.54.1. Todos os documentos impressos - cartazes, editais, correspondências, provas, gabaritos, releases, dados estatísticos e resultados;





ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

- 8.1.54.2. Cópia dos recursos impetrados, análises da Banca Examinadora e decisões;
- 8.1.54.3. Relatórios gerais com dados financeiros, econômicos e estatísticos contendo todas as informações inerentes ao certame;
- 8.1.55. Executar todas as atividades pertinentes à realização do concurso conforme descrito no Termo de Referência, que estejam sob a sua responsabilidade, diretamente, vedada a terceirização ou a subcontratação;
- 8.1.56. Informar à CEC todas as atividades em andamento, para deliberação e ou participação;
- 8.1.57. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato.
- 8.1.58. Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- 8.1.59. Manter os arquivos de filmagem de que trata o Termo de Referência em sua integralidade, em sequência cronológica.
- 8.1.60. Oferecer todas as condições necessárias ao trabalho de fiscalização do concurso, aos membros da comissão e aos representantes da SEGPLAN e do órgão designados para acompanhar as fases em execução.
- 8.1.61. Realizar o concurso com todos os procedimentos estabelecidos no termo de referência e/ou no contrato, adotando as boas práticas aplicáveis em concursos públicos, respeitando, sempre, todos os direitos dos candidatos.
- 8.1.62. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas conforme determinação do art.55, XIII da Lei Nacional 8.666/93.
- 8.1.63. Guardar as folhas de frequência, as folhas de respostas e as demais planilhas de todas os candidatos, bem como os exemplares de todas as provas aplicadas no concurso, por um prazo não inferior a 5 (cinco) anos, contando a partir da homologação do resultado final do concurso



**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**

em ambiente próprio. Após o prazo de 5 (cinco) anos, caso não existam ações judiciais referentes ao certame, o material relativo às folhas de resposta dos candidatos será encaminhado para que fique sob a responsabilidade da Contratante.

8.1.64. Compartilhar com a Contratante o ônus decorrente de eventual reaplicação de prova, cabendo 50% (cinquenta por cento) para cada parte, quando os fatos motivados não forem imputados a nenhuma das partes.

8.1.65. Receber e conferir toda a documentação, de acordo com o edital, relativa à fase de Avaliação de Vida Progressiva;

8.1.66. Apresentar as guias de recolhimento de todos os impostos relativos à prestação do serviço, por ocasião do recebimento das parcelas contratuais, inclusive a relativa ao serviço de contratação dos fiscais, mesmo que eles sejam remunerados em espécie no dia da prestação do serviço.

8.1.67. Apresentar a planilha com a base de dados cadastrais logo após a finalização do período de inscrições, uma com as notas das provas objetivas, uma com o do resultado da prova discursiva, uma com o resultado preliminar logo após o julgamento dos recursos.

8.1.67.1. Os arquivos deverão ser editáveis e em PDF e serão encaminhados, obrigatoriamente, logo após a divulgação de cada etapa/fase do certame;

8.1.67.2. Sempre que houver retificações dos resultados os arquivos relativos ao subitem anterior deverão ser automaticamente atualizados;

8.1.68. Apresentar relatórios conforme solicitação da Gerência de Recrutamento e Seleção da Segplan, no prazo estabelecido.

8.1.69. Responsabilizar-se de forma integral e sem limites por eventual inclusão de candidatos sub judice nas etapas/fases de sua responsabilidade quando essa inclusão decorrer de falha na execução do serviço imputada exclusivamente à Contratada, resguardados os princípios do contraditório e da ampla defesa.



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

8.2. DA CONTRATANTE:

8.2.1. Coordenar, acompanhar e supervisionar a execução das atividades do concurso, garantindo a observância dos princípios: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e transparência.

8.2.2. Realizar todos os atos necessários à contratação da instituição que realizará as atividades pertinentes à execução do certame.

8.2.3. Publicar no DO/GO o Edital de Abertura e o Resultado Final do Concurso e seus respectivos editais de retificação, se houver, os esclarecimentos ao conteúdo do edital; os resultados preliminares de cada etapa, bem como o definitivo; as convocações dos candidatos; os editais posteriores; os gabaritos; os resultados dos julgamentos de impugnação e recursos.

8.2.4. Abster-se de elaborar e/ou divulgar editais, comunicados, formulários, cadastros e listagens sem a expressa anuência de ambas as partes, sob pena de ser considerada sem efeito a publicação realizada sem a validação da contratada;

8.2.5. Publicar no DO/GO todos os documentos que forem solicitados pela Contratante, em que houver necessidade de sua publicação.

8.2.6. Participar e fiscalizar as atividades relativas ao certame;

8.2.7. Subsidiar a contratada com informações necessárias à realização do certame.

8.2.8. Responsabilizar-se pela concessão de entrevistas e informações à mídia.

8.2.9. Manter *link* no sítio da SEGPLAN e do órgão para acesso direto à página oficial do concurso durante o período que compreende a divulgação do Edital de Abertura até a publicação da Homologação do Resultado Final.

8.2.10. Após aprovação da CEC, assinar o Edital de Abertura do Concurso.



**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**

- 8.2.11. Gerenciar os recursos arrecadados com as taxas de inscrição, depositados na conta do Fundo de Capacitação do Servidor e de Modernização do Estado de Goiás – FUNCAM.
- 8.2.12. Supervisionar e fiscalizar todas as fases do Concurso.
- 8.2.13. Publicar no DO/GO a Homologação do Resultado Final do Concurso.
- 8.2.14. Efetuar o pagamento à contratada conforme cronograma de desembolso do concurso.
- 8.2.15. Avaliar o concurso com ênfase no desempenho da instituição contratada.
- 8.2.16. Fornecer todas as informações necessárias à realização do concurso público, tais como a legislação atinente ao concurso, número de vagas, bem como, outras informações relevantes.
- 8.2.17. Responsabilizar-se pelo envio das informações, bem como pela validação do documento de arrecadação: nome do cliente que constará no boleto; CNPJ; número e nome do banco envolvido na transação financeira; número e nome da agência bancária; número da conta bancária para recebimento das taxas de inscrição; número de convênio com o banco, com seis dígitos; e número de telefone e nome do técnico responsável no banco.
- 8.2.18. Enviar para a contratada todos os pagamentos que apresentarem quaisquer problemas durante o processamento bancário, até o primeiro dia útil após o término do período regular previsto para o pagamento da (s) taxa(s) de inscrição.
- 8.2.19. Encaminhar, por meio de e-mail a confirmação de conclusão de envio dos arquivos de pagamento das taxas de inscrição e quantitativo final de inscrições efetivadas. O e-mail supracitado deverá ser encaminhado, no máximo, 2 dias após a Contratada enviar o relatório final das inscrições efetivadas. Ressalte-se que a inobservância do prazo mencionado comprometerá todo cronograma de execução do concurso, em especial, a data de aplicação das provas.
- 8.2.20. Arcar com o ônus referente às isenções e os subsídios de taxas deferidas por motivos, legais, judiciais ou administrativas.



**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**

8.2.21. Indicar 01(hum) servidor para compor equipe multiprofissional a fim de acompanhar, juntamente com a Contratada, a perícia médica dos candidatos inscritos como pessoa com deficiência. Caso seja necessária a composição de mais de uma equipe multiprofissional, a Contratante deverá indicar três servidores atuantes no cargo oferecido, para cada equipe multiprofissional composta.

8.2.22. Solicitar informações à Contratada, que subsidiarão as respostas aos recursos administrativos e às ações judiciais propostas em desfavor da Contratante, os quais serão respondidos em um prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis a contar de seu recebimento, ressalvados os casos em que os prazos judiciais máximos exigirem prazo inferior, de acordo com a natureza da Ação Judicial.

8.2.23. Comunicar-se com a Contratada, por meio de ofício, podendo o seu envio ser antecipado via endereço eletrônico.

8.2.24. Assumir o ônus por eventual reaplicação de prova, quando os fatos motivadores, extrajudicial ou judicial, forem imputados, exclusivamente, à Contratante.

8.2.25. Compartilhar com a Contratada o ônus decorrente de eventual reaplicação de prova, cabendo 50% (cinquenta por cento) para cada parte, quando os fatos motivadores não forem imputados a nenhuma das partes.

8.2.26. Fornecer à Contratada atestado de capacidade técnica referente à execução do objeto deste contrato.

8.2.27. Homologar o resultado final do concurso.

**CLÁUSULA NONA - DO ACRÉSCIMO E DA SUPRESSÃO DE SERVIÇOS**

9.1. Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.



**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**

- 11.1. O presente contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, nas seguintes condições:
- 11.1.1. Por determinação unilateral e por escrito da Administração conforme disposto no artigo 79, da Lei nº 8.666/93;
- 11.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no bojo dos autos, desde que haja conveniência para a Administração;
- 11.1.3. Judicial, nos termos da legislação; e
- 11.1.4. Por inexecução total ou parcial do contrato, conforme o disposto, no que couber, nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

12.1. A vigência do presente instrumento será a partir da assinatura do Contrato até a publicação da Homologação do Resultado Final do Concurso e enquanto houver pendências administrativas ou judiciárias envolvendo candidatos do certame.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

13.1. A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma dos artigos 54/55 da Lei Federal nº 8.666/93, e Lei Estadual n.º 17.928/2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

14.1. A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da Comarca desta Capital, Estado de Goiás, terá jurisdição e competência, sobre qualquer controvérsia resultante deste contrato, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2. E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente, em 03 (três) vias de igual



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo, que uma vez assinadas e rubricadas passam a surtir seus legais efeitos.

Goiânia (GO), 04 de maio de 2018.

**DR. CARLOS AUGUSTO SARDINHA TAVARES JÚNIOR**

Procurador do Estado Chefe da Advocacia Setorial

**JOAQUIM CLÁUDIO FIGUEIREDO MESQUITA**

Secretário

**VINÍCIUS AUGUSTO BATAGLINI MONTEIRO**

Presidente

TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_

2ª Samara de Oliveira

CPF: \_\_\_\_\_

CPF: 088.246.959-22